



## Presidente avalia proposta de horário interno

**Representantes do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal da Bahia (Sindjufe), reuniram-se com o presidente do TRT5, desembargador Paulino Couto, na última quarta-feira, dia 16, para discutir uma série de demandas dos servidores no Tribunal. Na pauta levada ao desembargador, uma das sugestões era a limitação do atendimento até as 16h para que, a partir desse horário, passasse a funcionar um expediente interno dedicado às atividades de tramitação processual. Já nos postos de atendimento do SAC, nos shoppings Barra e Iguatemi, o funcionamento seria até as 20h.**

A apresentação da proposta de criação de um período específico para atividades internas em todas as unidades da Justiça foi reforçada com um abaixo-assinado trazido pelo Sindjufe à Presidência, reunindo cerca de 700 assinaturas de servidores da Capital e do interior.

De acordo com o Sindicato, além de diminuir a sobrecarga de trabalho para os servidores, a medida dará mais agilidade às unidades que realizam paralelamente as atividades de tramitação processual e de atendimento ao público. Essa questão já vem sendo discutida juntamente com a Associação Baiana dos Advogados Trabalhistas (Abat) e também foi proposta pelos diretores de Varas Trabalhistas à administração do TRT.

No encontro, o desembargador Paulino Couto, que ainda pretende marcar uma reunião com a Abat para discutir a proposta, sinalizou a intenção de implementar o horário interno a título de experiência e de forma gradativa, priorizando áreas com maiores demandas como as secretarias de varas e o setor de protocolo. No período seria observado qual impacto o expediente interno traria para a prestação dos serviços do Tribunal.

**Sugestões** – Na linha de sugestões, os sindicalistas propuseram ainda a adoção de uma data por mês na qual os servidores que estejam se aposentando sejam homenageados pelos serviços prestados à Justiça.

No item “saúde” o Sindjufe se dispôs a buscar a firmação de convênios para o oferecimento de planos de saúde alternativos aos da Promédica, empresa vencedora da licitação realizada em março para assistência médica a magistrados e servidores do TRT. Os servidores lembraram ao presidente que é preciso ampliar o serviço de saúde por meio da instituição de uma “política concreta” de prevenção às

doenças ocupacionais. Também entrou na pauta a necessidade de ações que contemplem as Varas Trabalhistas do interior e gratificações de seguranças e oficiais de justiça.

Ciente das demandas apresentadas pelo Sindicato, o presidente se comprometeu a levar algumas delas à Brasília, na próxima semana, quando participará do Coleprecor (Colégio de Presidentes e Corregedores de TRTs). Entre esses pontos, questões como a aprovação do projeto de lei de geração de cargos e funções do TRT5, que permitiria a realização do concurso público, e a liberação dos valores referentes ao quinto devido aos servidores da Justiça Trabalhista.

**(ASCOM/TRT5 - 18.04.2008)**